

DA AGRICULTURA AO DESENVOLVIMENTO: A TRANSIÇÃO DE REGIÕES PERIFÉRICAS AO CAPITALISMO DA AGRICULTURA MERCANTIL SEGUNDO DOUGLASS NORTH

21

Guilherme de Oliveira*
André da Silva Pereira**

Resumo: Nesse trabalho, buscou-se construir um debate acerca do papel da agricultura no desenvolvimento econômico e regional, pautado essencialmente no modelo conceitual de Douglass North. Para tanto, revisou-se os principais pressupostos clássicos com relação ao papel do setor agrícola no desenvolvimento de nações, Ricardo, Mellor e outros. Paralelamente a isso, apresentou-se sob uma perspectiva comparativa, o modelo de North, no qual o autor argumenta que uma região rural só se inserirá num processo superior de capitalismo mercantil especializando-se em produtos agropecuários intensivos em trabalho e que exijam o beneficiamento local. Ademais, fez-se uma breve discussão epistemológica sobre o argumento clássico da especialização ante a diversificação produtiva. Conclui-se que o modelo de North é preponderante para a descrição do desdobramento do desenvolvimento econômico, e que pode ser utilizado como estratégia para o enfrentamento de desigualdades regionais, sendo factível para testes empíricos.

Palavras-chave: Agricultura, Especialização, Desenvolvimento.

Abstract: In this study, we attempted to construct a debate about the role of agriculture in economic development and regional levels, based mainly on the conceptual model of Douglass North. For this purpose, it was reviewed the main traditional assumptions about the role of agriculture in developing nations, Ricardo, Mellor and others. Parallel to that presented in a comparative perspective model of North, where the author argues that only a rural area will form part of a process than mercantile capitalism specializing in agricultural products and labor intensive requiring the processing site. Moreover, there was a brief discussion about the epistemological classic argument against specialization in the productive diversification. We conclude that the model is predominantly North to describe the unfolding of economic development, and that can be used as a strategy for coping with regional inequalities, and feasible for empirical tests.

Keywords: Agricultural, Specialization, Development.

Introdução

A forma como os territórios se desenvolvem economicamente já se constituiu numa preocupação constante no meio acadêmico. Diversas são as investigações que buscam as possíveis causas do desenvolvimento econômico. Sabe-se que informações como essas permitiriam visualizar os processos histórico-estruturais que levaram regiões com características pré-capitalistas, a um estágio superior de desenvolvimento, o que por sua vez otimizaria a tomada de decisões, (re)direcionado o destino de uma economia rumo ao bem-estar social.

Esse debate acadêmico, muitas vezes sobre uma perspectiva heurística, desencadeou em alguns modelos conceituais e incontáveis hipóteses de como o desenvolvimento de um território se procede. Dentre esses modelos, existem aqueles centrados mais no arranjo

*Mestre em Economia do Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e-mail: eco.gui@hotmail.com.

**Doutor em Economia, professor da Universidade de Passo Fundo, e-mail: andresp@upf.br.

industrial, nas instituições, no empreendedorismo, na capacitação do ser humano e no setor agrícola, por exemplo. Diante do exposto, o presente trabalho busca construir um debate conceitual pautado na visão de desenvolvimento baseado no setor agropecuários, em oposição as discussões vigentes na literatura atual que centram-se na discussão do desenvolvimento industrial.

Primeiramente, revisam-se algumas hipóteses clássicas da influência do setor agropecuário no desenvolvimento do território, como a hipótese de David Ricardo, que encarava a agricultura como um fator limitativo ao progresso capitalista, devido aos rendimentos decrescentes impostos pela ocupação crescente de terras para essa atividade.

Posteriormente, abordam-se as discussões de Douglass North (1955) e (1959) sobre a agricultura e a localização do desenvolvimento. North afirmava que uma região periférica só se inseriria num estágio superior de desenvolvimento através de um processo bem sucedido de especialização agropecuária. Assim, produtos que gerassem maiores efeitos multiplicadores de renda local tenderiam a crescer mais que os outros.

A revisão de North conduz a presente investigação para um debate entre a real epistemologia do termo especialização no referencial clássico (baseado em Paiva (2006), diante do pensamento mais recente de que é um processo de diversificação produtiva (e não especialização) que conduziria determinadas regiões ao desenvolvimento.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é revisar o modelo conceitual de Douglass North (1955) e (1959) sobre a inserção de regiões periféricas num estágio superior de capitalismo mercantil, relativizando tais hipóteses com as principais referências da literatura econômica para a temática da agricultura no progresso regional.

Desenvolvimento: a visão sintética de um conceito fundamental

Não existe uma definição de desenvolvimento que seja universalmente aceita no meio acadêmico (SOUZA, 2005, p. 5). Essa afirmação conduz a presente discussão à um debate tanto heurístico – no sentido de desenvolvimento teórico -, quanto ambíguo – em seu sentido dialético -, cujo cerne encontra-se presente na ciência econômica e na evolução do pensamento sociológico.

De maneira sintética, existem duas correntes vigentes na literatura: uma primeira, formada por economistas de inspiração teórica e clássica, que considera o crescimento como um sinônimo de desenvolvimento; já uma segunda corrente de tradição empírica, encara o crescimento como uma condição indispensável para o desenvolvimento, mas não como uma condição suficiente (SOUZA, 2005, p. 5).

De maneira similar, Furtado (2000) considerava que o conceito de desenvolvimento era utilizado em dois sentidos distintos: o primeiro diz respeito à evolução dos mecanismos de sistema social de produção, à medida que esses, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, tornam-se mais eficazes, ou seja, elevam a produtividade das forças produtivas; o segundo sentido refere-se, eminentemente, à capacidade da economia atender as necessidades humanas da população.

Para Souza (2005), a ideia central da primeira corrente afirma que uma região é subdesenvolvida porque cresce menos do que os desenvolvidos. O autor inclui nessa corrente autores de tradição neoclássica, como Solow, por exemplo. Nesse sentido, o simples fato do processo de acumulação é condição suficiente para o desenvolvimento. Basicamente, o produto cresce e a renda é distribuída entre os proprietários dos fatores de produção, impactando automaticamente, nas melhorias dos padrões de vida da população e no desenvolvimento econômico (SOUZA, 2005, p. 5).

Certamente foi Smith (1982) quem iniciou esse pensamento, através da celebre obra: *A Riqueza das Nações*, cujo objeto principal é investigar em que consiste a riqueza e como ampliá-la. Possas (2004), ao interpretar Smith, afirma que é importante acumular riqueza para viabilizar as formas mais avançadas de produzir, o que se desencadeia em um maior volume de instrumentos de trabalho, maior disponibilidade de matérias-primas e de bens de subsistência para os trabalhadores durante o processo produtivo.

No entanto, sabe-se que mesmo nas nações onde o processo de acumulação avançou mais rapidamente, a taxas muitas vezes elevadas, parte significativa da população não alcançou o nível de renda necessário para satisfazer suas necessidades básicas. Isso ocorre, segundo Furtado (2003), porque a elevação da renda real da população “é parte do processo”. Ou seja, é condição indispensável, mas não suficiente, o que é de fato, o cerne da segunda corrente.

A segunda vertente encara o crescimento como sendo uma simples variação quantitativa no produto e o desenvolvimento sob uma ótica variada, cuja essência exige transformações qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e das próprias estruturas produtivas (SOUZA, 2005, p. 6).

Schumpeter (1939)¹ foi um autor que se preocupou de maneira direta e pioneira com o desenvolvimento e quem formulou uma teoria do empresário inovador, agente transformador de estruturas produtivas, de notórias afinidades com a visão dialética da história, retórica fundamental presente na investigação sociológica de Marx (FURTADO, 2000, p. 32).

A partir de uma visão estruturalista, Furtado (2000) exalta que a principal contribuição schumpeteriana não está na sua visão de desenvolvimento como uma ruptura do ciclo econômico concebido a partir de uma situação de equilíbrio geral, mas de sua insistência nas forças sociais que provocam mutações estruturais e fornecem “especificidade ao processo histórico do capitalismo”.

Conforme Souza (2005), é em Furtado (1961), bem como em Prebisch (1949) e Singer (1977), entre outros autores de tradição cepalina e marxista, que a segunda corrente ganha reconhecimento na literatura econômica, através da chamada visão “estruturalista”.

Segundo a abordagem estruturalista, o desenvolvimento econômico implica mudanças nas estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, atrelado às melhorias de produtividade e de renda média da população, cujo principal mérito está em destacar as interdependências entre os setores produtivos e a necessidade de aperfeiçoamento de suas estruturas (SOUZA, 2005, p. 6).

A idéia corrente de desenvolvimento refere-se a um processo de transformação – no sentido morfogênico de adoção de formas que não são um simples desdobramento das preexistentes – que engloba o conjunto de uma sociedade. Está transformação está ligada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta na forma de aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a idéia de desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência, e noutra, com o de riqueza [...] (FURTADO, 2000, p. 41).

Nesse sentido, Chenery (apud SOUZA, 2005, p. 6) complementa:

Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno.

Contudo, a superação desse dualismo estrutural exige um processo desenvolvimentista de longo prazo, em que o produto da economia cresça num ritmo superior às taxas de crescimento demográfico, envolvendo mudança nos indicadores econômicos, sociais, ambientais e nas próprias estruturas (SOUZA, 2005, p. 7).

A presente seção buscou, de maneira sintética, traçar a evolução do pensamento científico, tendo em vista a construção de um raciocínio contratual para a apropriação dos diferentes conceitos e abordagens do desenvolvimento econômico. Conclui-se, portanto, que se pode avaliar o desenvolvimento através da consideração das variações quantitativas do produto da economia, porém uma definição mais completa exige outras indicações, tanto de produto quanto de bem-estar da população em geral.

Da agricultura ao desenvolvimento industrial: o comércio inter-regional como estratégia desenvolvimentista

Desde seus primórdios como ciência, a economia tem se preocupado com a relação entre agricultura e desenvolvimento, principalmente através das obras dos autores da escola clássica, que teve como principal expoente David Ricardo. Porém, discussões semelhantes já eram encontradas nas obras dos mercantilistas, sobretudo nos fisiocratas (ALBUQUERQUE; NICOL, 1987, p. 4).

A construção desse debate, muitas vezes sob uma perspectiva heurística, evoluiu à medida que a ciência econômica se desenvolveu, sendo intensamente abordada em textos que datam da década 1940 até meados da década de 1980, tanto na literatura de países desenvolvidos, como as escolas neoclássicas² americanas e inglesas quanto na produção acadêmica dos países em desenvolvimento, nos quais se destaca a corrente estruturalista³ na América Latina.

Dentre os autores da escola clássica, Ricardo, como já fora destacado, foi o principal expoente. Entretanto, o autor não via a agricultura como um fator que impulsionaria o desenvolvimento industrial, mas como um fator limitativo a esse desenvolvimento (ALBUQUERQUE; NICOL, 1987, p. 5).

[...] Segundo ele (Ricardo), o grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores; isso eleva os salários nominais e os fundos de salários, necessários para adquirir meios de produção e aumentar o nível do produto. Na verdade, a grande preocupação de Ricardo era determinar as leis que regulam a distribuição do produto entre proprietários, capitalistas e trabalhadores, na forma de renda, lucros e salários. Essa distribuição dependerá, sobretudo, da fertilidade do solo, da acumulação de capital e do crescimento demográfico [...] (SOUZA, 2005, p. 65).

O que reserva atenção no esquema ricardiano, sobretudo, é o elemento relacionado à agricultura como fator limitativo do processo de desenvolvimento, pois para o autor, a economia só chegaria a um estado estacionário restringindo o aumento da produção industrial – bem como a produção agrícola – porque a agricultura estaria sujeita a retornos marginais decrescentes, decorrentes, basicamente, da inexistência do progresso tecnológico no setor agrícola (ALBUQUERQUE; NICOL, 1987, p. 13).

Ricardo acreditava que não existiria progresso técnico no setor agrícola, o que levaria ao estado estacionário da economia. Essa afirmação pode ser mais bem compreendida adotando as considerações de Furtado (2000, p. 55): “[...] a lei de rendimentos decrescentes deve ser entendida como a expressão de fenômenos de ordem física, relacionados como os

limites que a técnica impõe a divisão diacrônica do trabalho”. Em outras palavras, o autor quer induzir que o nível técnico adotado pela economia é o fator limitador do processo de acumulação, tanto das forças produtivas quanto do excedente dessa economia.

Em oposição à ideia Ricardiana do setor agrícola como limitador do desenvolvimento industrial, Mellor (1966) estabelece que a agricultura teria um papel básico a desempenhar no processo de desenvolvimento econômico, atuando indiretamente no crescimento dos demais setores da economia, inclusive o manufatureiro.

Sob uma perspectiva que difere de Mellor (1966) e Ricardo (1982), Lewis (1954) constrói um modelo no qual considera que seria possível uma nação iniciar seu processo de desenvolvimento industrial sem alterar seu modo de produção agrícola, tendo como premissa básica a existência de um excedente de trabalhadores considerável, em um grande número de países, que poderia ser incorporado de maneira ilimitada ao setor industrial, com salários estabelecidos a níveis de subsistência.

Na mesma linha de Lewis, Ranis e Fei (1964) estudaram com mais detalhes o modelo de oferta de mão de obra ilimitada, como elemento de suporte do desenvolvimento industrial. Porém, o enfoque dos autores estava em formalizar dois problemas que Lewis não resolvera: a necessidade da ocorrência de um desenvolvimento agrícola para que ocorresse um desenvolvimento industrial, e a existência de um mercado para os produtos industrializados (ALBUQUERQUE; NICOL, 1987, p. 30).

Dentre os autores abordados, quase todos são unânimes, afirmando explícita ou implicitamente, que só poderia haver um desenvolvimento industrial prolongado conquanto houvesse um aumento da produtividade agrícola, através da inovação tecnológica desse setor. Exceto aqueles como Lewis (1954), que acreditava numa industrialização favorecida pela abundância de mão de obra transferida para esse setor com salários fixados em níveis de subsistência.

Em particular, os autores abordados trabalham com teorias ortodoxas, que embora muito úteis para formulação de políticas, por apresentarem um alvo a ser atingido, não ajudam muito quando a análise perpassa tais relações, variando sua concepção em busca de relacionamentos causais, sobretudo, na explicação de tendências históricas (ALBUQUERQUE; NICOL, 1987, p. 38).

Nesse sentido, Prado Júnior (1972) é categórico em afirmar que a teoria ortodoxa “pouco explica acerca dos fatos originários que impulsionaram o crescimento”. Ademais, o autor considera que o “não-historicismo” torna a teoria ortodoxa incapaz de avaliar tais peculiaridades que dão a medida da capacidade de determinar um processo auto-estimulante de crescimento de uma nação.

Albuquerque e Nicol (1987) acreditam que a teoria do crescimento pelo produto principal⁴ caminha nesse sentido. Entretanto, a interpretação do desenvolvimento econômico via produto principal não pode ser encarada como uma “teoria”, mas como “um caso atípico de um novo país”, ou como uma “interpretação econômica da história” (ALBUQUERQUE; NICOL, 1987, p. 39).

A “teoria” do produto principal é encontrada em textos de alguns autores como North (1954 e 1959), Stigler (1951), Furtado (1961), entre outros. Todavia, é uma extensão dos seus argumentos sob o nome de “Teoria da Base Exportadora”. É visualizada, segundo Furtado (2000), nos primeiros estágios de desenvolvimento de países pré-capitalistas, que necessitam absorver capital para o desenvolvimento industrial. Conforme o autor, tal renda é absorvida com a especialização em um produto principal destinado ao mercado externo e o desenvolvimento urbano-industrial fica sujeito à maneira como será distribuído o excedente nessa economia.

Assim, a presente discussão avança da relação dualista agricultura/desenvolvimento, para o trinômio agricultura–comércio inter-regional–desenvolvimento.

Souza (2005) afirma que o produto principal ligado ao mercado externo será produzido no setor agrícola especializado para a exportação, cujo crescimento, depende do desempenho do mercado internacional para produtos primários. Nesse sentido, North (1959) acredita que a dotação natural da região determinará os bens iniciais destinados à exportação, sujeito por sua vez às vantagens comparativas ricardianas.

Para Albuquerque e Nicol (1987), a dinâmica da economia está sujeita aos efeitos-difusão, por vezes, chamados de encadeamentos. Os autores os definem como estímulos para o investimento interno traduzidos pelo processo produtivo do bem principal, ou em outras palavras, relaciona-se aos estímulos para investir na produção de bens de consumo, a fim de satisfazer a demanda potencial criada pelo aumento da renda oriundo do setor exportador.

Assim, o impulso transformador é dado pela evolução da demanda. A expansão das exportações é condição necessária, mas não suficiente para que ocorram as transformações, pois não se exclui a hipótese de retenção do excedente no exterior. Cabe aos investimentos, que estão na base do multiplicador de renda, um papel paramétrico, refletindo o comportamento do setor externo e a maneira como o novo excedente é utilizado [...] (FURTADO, 2000, p. 98).

Embora bem difundida na literatura econômica, a teoria da base exportadora ou do produto principal, não é isenta de críticas. A esse respeito, Clemente (1994) menciona que determinados autores dizem que a teoria induz à monocultura, tendo em vista uma especialização em um único produto que possua vantagens comparativas elevadas. Ademais, Souza (2005) complementa alertando o risco iminente da dependência de um único produto, visto que uma pauta exportadora pouco diversificada é vulnerável às flutuações cíclicas do setor externo.

A Teoria da base exportadora tem como uma de suas premissas básicas às vantagens comparativas ricardianas do comércio internacional. Nesse particular, a região deveria concentrar seus meios na produção mais eficiente, enquanto o aumento geral no volume de produtos difundir-se-ia em benefício, de modo geral, à “sociedade universal” de todas as regiões do mundo, por fatores comuns e pelos interesses de intercâmbio (RICARDO, 1982, p. 104).

Essa premissa, segundo alguns autores, faria com que regiões periféricas se especializassem em produtos agropecuários, enquanto regiões centrais se especializariam em produtos manufaturados, agregados de progresso técnico (SOUZA, 2005, p. 158). Ciente dessa relação, Prebisch (1949) norteou seu pensamento numa tentativa de oposição às vantagens comparativas descritas por Ricardo, e com base em sua análise da diminuição relativa dos preços de troca – entre produtos agrícolas e manufaturados -, propôs que os países da América Latina se industrializassem através de um processo de substituição de importações.

Esse processo de substituição de importações é uma alternativa ao modelo da base exportadora, que é orientado pela especialização em produtos que apresentam vantagens comparativas, que no caso dos países periféricos, condiciona a especialização a produtos agrícolas. Porém, segundo Furtado (2000), sua estratégia também leva em conta a agricultura, principalmente como criadora dos excedentes necessários para a industrialização e o desenvolvimento de um mercado interno para os produtos manufaturados.

A presente seção apresentou uma revisão das principais teorias e ideias que evidenciam a relação entre a agricultura e o desenvolvimento industrial, tanto como fator

limitador, quanto fator favorável desse desenvolvimento. Tais teorias/ideias foram construídas por autores (tanto teóricos, quanto empíricos) que consideram a agricultura como variável preponderante para o surgimento de complexos urbano-industriais, cujos estudos são construídos tanto em pilares clássicos ou ortodoxos, como históricos.

A transição de regiões periféricas ao capitalismo mercantil: a retórica de Douglass North

North (1955 e 1959) tomou para si a retórica do desenvolvimento mercantil de regiões periféricas ao capitalismo característico de regiões centrais, iniciada em Smith (1982) e perpassada por teóricos de traços clássicos, como Kalecki (1977).

A contribuição desses grandes mestres fora embasada no argumento do próprio Smith (1982), a troca de produtos entre regiões especializadas é benéfica a ambas, na medida em que os recursos escassos não são plenamente mobilizáveis a todos os setores de uma economia. O argumento smithiano também fora difundido por Marshall (1982) e Ricardo (1982).

Paiva (2006b) afirma que North, em seu primeiro ensaio, “Location Theory and Regional Economic Growth” (1955), não se dá conta de que seu argumento, na verdade, era o do próprio Smith. Isso fica claro na passagem do ensaio de 1959, a Agricultura no Crescimento Econômico Regional (p. 335):

O argumento pode ser definido, a grosso modo, da seguinte maneira: 1) A especialização e a divisão do trabalho constituem os fatores mais importantes da expansão inicial das regiões. 2) A produção de bens para a venda fora da região induzem essa especialização e 3) O engajamento na economia internacional em expansão (ou na nacional, no caso de algumas regiões dos Estados Unidos) nos últimos dois séculos tem sido o caminho, através do qual várias regiões e nações têm alcançado o desenvolvimento econômico. Naturalmente, este é o argumento clássico de Adam Smith [...].

Embora North (1959) reconheça o argumento secular de Smith, resolve simplificar sua teoria da base exportadora de 1955, tentando explicar em 1959, que é uma produção bem-sucedida de “bens agrícolas (ou mesmo, de muitos produtos extrativos)”, com a finalidade da venda fora da região, o fator preponderante para que uma economia periférica atinja um estágio superior de desenvolvimento mercantil, urbanizando e industrializando-se, num processo de crescimento sustentado.

Na oportunidade, North (1959, p.335) esclarece que sua tentativa é no sentido de reformular seu argumento inicial (vale dizer: de 1955): “Entretanto, o argumento original estava incompleto. A expansão de um setor de exportação é uma condição necessária, mas não suficiente, para o crescimento regional [...]”.

Em grande parte do seu texto, de 1959, North comenta em diversos trechos as contribuições do pensamento de Theodore Schultz, na formulação de seu argumento final. Nesse sentido, Schultz (1953) afirmava que os bens manufaturados, ou até mesmo os fabricados, encontravam uma demanda crescente, diante dos produtos simplesmente processados. North (1959, p.335) não discordava da prerrogativa de Schultz, entretanto, insistia que fora “a expansão de um ou mais produtos agrícolas que forneceu o impulso inicial para expansão geral”.

O argumento de North, em si, é verdadeiro, todavia Paiva (2006b) salienta que o autor não é claro o suficiente, e que muitas vezes geram-se interpretações equivocadas do real interesse de North na formulação de seu modelo, dentre essas interpretações, a de que regiões periféricas deveriam se especializar apenas em produtos primários.

Malgrado tais equívocos, as contribuições de North podem ou (de forma ainda mais categórica) devem ser levadas em consideração na formulação de modelos teórico-empíricos, bem como para o desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento regional.

Um dos pontos preponderantes que sustenta a afirmação anterior é de que North (1959, p.336) deixa claro o porquê de algumas regiões ficarem presas na especialização de único produto, enquanto outras diversificam sua estrutura industrializando-se:

[...] As regiões que permanecem ligadas a um único produto de exportação não alcançam, quase inevitavelmente, uma expansão sustentada [...] A resposta para esse problema repousa: a) na dotação dos recursos naturais da região (a um dado nível de tecnologia), b) no caráter da indústria de exportação, e c) nas mudanças tecnológicas e nos custos de transferência [...].

O autor complementa dizendo que várias consequências decorrem da natureza da função de produção adotada. Na sua concepção, se o produto de exportação for do tipo de lavoura extensiva, relativamente não intensivo em trabalho e apropriado de rendimentos crescentes de escala significativos, o desenvolvimento apresentará um contraste preponderante com o de outra região, onde o produto para exportação pode ser produzido mais eficientemente em propriedades familiares.

No primeiro caso haveria a tendência de se originar uma distribuição de renda extremamente desigual, com o grosso modo da população dedicando a maior parte de sua renda à alimentação e a necessidade simples (muitas das quais podem ser atendidas pela própria unidade familiar). No outro lado extremo da escala de renda, os proprietários das lavouras de tipo extensivo se inclinariam a despendar a maior parte de sua renda com bens de consumo de luxo, que seriam importados. Em resumo, existiria pouco encorajamento para atividades econômicas do tipo doméstico. Com uma distribuição de renda mais equitativa, existe demanda para uma demanda para uma grande variedade de bens e serviços, parte dos quais, seria produzida internamente, induzindo assim uma diversificação dos investimentos [...] (NORTH, 1959, p. 337).

O que North argumenta, é que o tipo de especialização ditará o ritmo dos encadeamentos da base exportadora. Produtos de lavoura extensiva gerariam menores encadeamentos, enquanto os produtos de lavouras familiares tendem a gerar encadeamentos mais fortes na região, desenvolvendo centros comerciais e espaços urbano-industriais.

Nesse ponto, North reconhece, com auxílio dos comentários de Schultz, que uma consequência natural desse processo dualista seria a característica atribuída à educação nas duas regiões. Na região em que o produto exportador é do tipo de lavoura extensiva, o proprietário da terra será relutante em realizar investimentos em educação ou pesquisa, que não ao desenvolvimento de novas técnicas para o produto básico da região. Em consonância, todo o conhecimento técnico estaria atrelado a essa indústria hegemônica. Em oposição, a região com distribuição de renda mais equitativa seria mais propícia a investir em processos educacionais e de pesquisa, uma vez que isso ampliaria suas vantagens competitivas, e conseqüentemente a atuação dos multiplicadores endógenos da renda.

North (1959, p. 337-338) reconhece ainda o papel dos investimentos induzidos ao bem exportado:

[...] Se o produto é tal que exige investimento substancial em transporte, armazéns, instalações portuárias e outros tipos de investimento social básico, criam-se, em consequência, as economias externas que facilitam o desenvolvimento de outras exportações. Mais ainda, e a indústria de exportação induz o crescimento de indústrias subsidiárias, se a tecnologia, os custos de transporte e a dotação de recursos naturais permitem que elas sejam produzidas internamente ao invés de serem importadas, então isto induzirá um desenvolvimento ainda maior. Tanto no caso do investimento em indústrias subsidiárias, a consequência será a promoção da urbanização, a crescente especialização e o desenvolvimento de outras atividades locais relacionadas a crescente demanda local de bens e serviços de consumo [...].

Noutro extremo (de produto do tipo extensivo), segundo North, está a indústria que requer apenas o desenvolvimento imediatista de uns poucos centros para a coleta e exportação do bem principal. De certa forma, na visão de North, existirão indústrias de subsidiárias, mas elas tendem a operar com custos médios elevados, tornando-se mais barato importar do que produzir internamente tais bens subsidiários.

Em resumo, a dinâmica da economia periférica rumo ao desenvolvimento mercantil, dependerá da utilização da renda advinda do setor exportador, além de se considerar a “propensão marginal da região importar”.

[...] à medida que a renda da região flui diretamente para a compra de bens e serviços fora dela, ao invés de causar um efeito multiplicador-acelerador regional, está induzindo o crescimento em algum outro lugar, colhendo, porém, alguns poucos benefícios gerados pelo aumento da renda do setor exportador (NORTH, 1959, p. 339).

Pautado no argumento smithiano da especialização, North (1959) levanta a questão de que as exportações resultam numa estratégia preponderante para a inserção de regiões no comércio inter-regional, o que atrai, por sua vez, excedentes, e pode modificar as estruturas dessa economia, influenciando sua capacidade de alcançar um crescimento sustentado, que se bem-sucedido, criará uma padrão diversificado (vale dizer: multiespecializado, na concepção de Paiva (2006b)) da atividade econômica.

Especialização *versus* diversificação: uma oposição dialética⁵

As discussões teórico-empíricas levantadas na seção anterior conduzem a presente investigação a um debate conceitual sobre a relação dualista existente entre a especialização e a diversificação produtiva de uma região. Tal polêmica fora consagrada pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)⁶, na discussão sobre a industrialização periférica via substituição de importações, numa tentativa de fuga às vantagens comparativas ricardianas, que segundo Prebisch (1949), impunham uma especialização desqualificada entre países centrais e periféricos, uma vez que os últimos se especializariam em produtos primários, enquanto os primeiros em produtos manufaturados agregados de um valor tecnológico superior. Ademais, essa não é a única polêmica endereçada à teoria clássica da especialização, porém, já de início, parece a mais sensata.

Para Paiva (2004 e 2006a), desde Smith (1982), em *A Riqueza das Nações* (“que está longe de ser um raio num dia de céu azul”), a especialização de uma nação, ou mesmo região, em um ou mais segmentos produtivos, é percebida como condição necessária de desenvolvimento. Nesse sentido, Smith (1982) se dá conta, em seu argumento clássico e metafórico da *mão invisível*, que os indivíduos percebem que podem se tornar mais “ricos” ao

se especializarem numa atividade particular, assim contribuiriam, mesmo de maneira não-intuitiva, para a elevação do grau de divisão do trabalho, o que se reverte em acumulação de capital para essa economia.

O argumento de Smith (1982) fora difundido na ciência econômica por vários autores, Ricardo (1982) – desenvolvimento do termo vantagens comparativas -, Marshall (1982) – difundido através das economias externas -; North (1959) – com a teoria da base exportadora como fator preponderante (embora insuficiente) para que uma economia pré-capitalista atinja um nível superior de desenvolvimento -, entre outros.

Embora a considerável contribuição desses grandes teóricos, e além da crítica cepalina, o papel da especialização, muitas vezes, é tido com certo receio por economistas, geógrafos, e entre outros cientistas sociais. Paiva (2006a) acredita que tais receios e polêmicas sejam estritamente de ordem semântica. Para o autor, a “crítica por si só, é correta”, afirmando que sua consistência formal foi demonstrada por Markowitz (1952)⁷, numa “tentativa falsa” de contrapor a teoria “smith-northiana” da especialização como fins de desenvolvimento.

Desde logo, não podemos extrair do *risco* da especialização a conclusão de *possamos* ou (de forma ainda mais categórica) *devamos* optar pela não especialização (entendida aqui como a produção interna do conjunto, malgrado exceções, de bens demandados pela região). É preciso demonstrar a viabilidade dessa alternativa, tanto no plano teórico quanto no plano histórico-empírico, antes de defendê-la. Uma alternativa evidente no mercado financeiro (onde a diversificação depende apenas da realização de ordens de venda e de compra), mas que está longe de sê-lo nos planos da produção e do desenvolvimento regionais (erro do autor) (PAIVA, 2006a, p. 3, grifos dos autores).

Na citação acima, o autor salienta a necessidade de comprovação, tanto teórica como empírica, das afirmações de Markowitz (1982). Todavia, mesmo no plano teórico-empírico nacional existe uma gama de autores – dentre esses, economistas, geógrafos e alguns especialistas em Desenvolvimento Rural – os quais demonstram que as regiões mais desenvolvidas são aquelas que contam com um amplo e diversificado segmento produtor (tanto de bens básicos quanto não básicos), com isso se conclui que é preferível como estratégia desenvolvimentista regional a diversificação (e não a especialização).

Nesse particular, tem-se o trabalho de Breitbach (2005)⁸, que investigou a região do Vale dos Sinos e a Serrana. A autora, considerando a variável emprego, infere que a região do Vale dos Sinos é especializada na indústria coureiro-calçadista, e que por sua vez, está sujeita a instabilidades e riscos decorrentes dessa especialização, enquanto, a região da Serra tem uma indústria mais diversificada, o que a proporciona maior proteção das instabilidades socioeconômicas.

Nas palavras da autora:

Uma alternativa diversificada e baseada em recursos endógenos se apresenta, a nosso ver, como uma alternativa a ser reconhecida como válida para fazer face ao comportamento errático dos mercados internacionais. Uma estrutura industrial tem mais chance de se recuperar de intempéries passageiras [...] Assim, o desemprego de um ramo pode significar absorção de mão-de-obra por outro [...] O importante é que uma região diversificada tende a ser mais adaptável, mais flexível às mudanças econômicas do que uma região altamente especializada (BREITBACH, 2005, p. 4).

Outros autores que defendem a diversificação no plano físico-econômico são Graebin e Waquil (2009), que calcularam índices de diversificação produtiva (com base no valor bruto da produção) para os municípios gaúchos. Mesmo sem um instrumental econométrico rigoroso, os autores concluíram que os maiores índices de diversificação são correlacionados com o bom desempenho socioeconômico dos territórios.

Rathmann et al. (2009) também veem na adoção da diversificação produtiva uma boa estratégia para o desenvolvimento regional. Os autores estudaram a cadeia produtiva da fruticultura na região Sul, e concluíram que os municípios com os melhores indicadores socioeconômicos apresentam uma base produtiva diversificada e pautada na fruticultura (uma extrema oposição à especialização produtiva).

Os autores que buscam refutar as conclusões clássicas, através de investigações empíricas, estão na verdade equivocados, pois segundo Paiva (2006a), confundem a diversificação *resultante* de um “processo bem sucedido de desenvolvimento”, e os *condicionantes* histórico-estruturais do mesmo, que tem como premissa a especialização, ou seja, a principal confusão é tida no sentido de que os autores que defendem a diversificação a impõem como estratégia desenvolvimentista, apelando para os riscos da especialização levantados por Markowitz (1952).

Nesse contexto, Paiva (2006a) afirma que não é necessário “apelar” para Markowitz para evidenciar empiricamente que a diversificação amplia a segurança da região, sem diminuir a rentabilidade esperada. Sobretudo, afirma que North (1959) foi o primeiro a reconhecer que a diversificação (resultante de uma especialização – Teoria da Base Exportadora) na dinamização do desenvolvimento regional. A afirmação fica mais clara recorrendo ao próprio North (1959, p. 336):

O primeiro passo para a análise do crescimento econômico regional consiste de uma exploração dos determinantes do setor exportador da região. Entretanto, é necessário um outro passo, qual seja o exame da disposição da renda recebida de fora da região [...] Por que uma área permanece presa a um único produto básico de exportação, enquanto outra diversifica sua produção e se torna uma região industrializada e urbanizada? As regiões que permanecem ligadas a um único produto de exportação não alcançaram, quase inevitavelmente, uma expansão sustentada. [...] o próprio fato de que ela continue presa a uma única indústria de exportação significará que a especialização e a diversificação do trabalho são limitadas fora dessa indústria [...].

Vale dizer, North (1959) acreditava que a diversificação “é a meta e a medida do desenvolvimento”. Nesse sentido, Paiva (2006a), de maneira pertinente, faz a seguinte questão: “como uma região periférica de baixo dinamismo e inserida de forma marginal na divisão inter-regional do trabalho alcança constituir internamente uma economia mercantil diversificada?” O autor afirma que a resposta correta não parece ser “buscando crescer em todas as frentes simultaneamente”, não identificando suas vantagens comparativas e sem se especializar nos setores em que a região se mostra mais competitiva.

Num engate à endogenia northiana (no sentido que o autor propõe a investigação da renda que é recebida de fora, via base exportadora, *vis a vis* a maneira como é distribuído tal excedente), parte-se para mais uma crítica à teoria clássica da especialização: a associação entre especialização e monocultura.

Muitos são os teóricos que associam a especialização à monocultura, entretanto, neste contexto, segundo Paiva (2006a), saem da lista de críticos os cepalinos, pois para eles uma pauta diversificada ainda é de um elevado grau de especialização. A crítica dos cepalinos para com a teoria clássica da especialização, não se faz sob a perspectiva da necessidade de

diversificação da pauta exportadora, mas sim, segundo Prebisch (1949), da agregação de valor dos produtos industrializados, sob domínio produtivo e tecnológico dos países centrais.

Nesses termos, North (1959) afirma que o que conduz uma região a ficar presa numa única atividade é a dotação natural da região, o perfil da indústria de exploração e as mudanças nas tecnologias e nos custos de transferência, ou seja, depende dessas três afirmativas de North, o efeito dos encadeamentos (para trás e para frente), oriundos da base exportadora de uma determinada economia.

Paiva (2006a) considera que essa associação entre especialização e monocultura é totalmente equivocada, pois limita o termo especialização, visto que esse é semanticamente mais variado. O autor defende que as economias mais desenvolvidas são “multiespecializadas”, em oposição àquelas economias estagnadas e excluídas da divisão inter-regional do trabalho, que tendem à diversificação autárquica, e aquelas economias polarizadas, que tendem à monoespecialização.

Independentemente de qual seja a melhor interpretação do significado do termo especialização em economia regional, não parece haver espaço para dúvidas de que essa é uma categoria ambígua [...] Afinal, se especialização é a conquista de um patamar superior em competência, ela deve pressupor, pelo menos, a sustentação da formação generalista prévia a especialização. Mais: de fato, seria de se esperar que ela conduzisse a uma ampliação da capacidade de percepção do geral. Assim é que se especializar em Economia, cursar uma graduação e/ou uma pós/graduação na área, envolve ampliar competências em Matemática, história, Línguas, Estatística, Metodologia da Ciência, etc. De outro lado, especializar-se em alhos envolve não se especializar em bugalhos, envolve opções, negações, fechamentos. Ser economista é não poder ler tanta Literatura e tanta Filosofia e não poder praticar tanto esporte quanto se gostaria (PAIVA, 2006a, p. 5).

Ou seja, especializar-se, na visão do autor, é conquistar competências específicas, o que significa conquistar novos patamares de domínio do geral com vistas à execução de fins específicos, cujos últimos, “não tem que (nem devem, na medida do possível) ser únicos, mas são necessariamente limitados” (PAIVA, 2006a, p.5).

Ora, admite-se que a monocultura, monoatividade ou “monoespecialização” é um caso particular da especialização. Entretanto, não parece ser um argumento forte em prol daqueles que negam teorias clássicas em favor de uma diversificação. É sempre pertinente reforçar que, segundo North (1959) e Paiva (2006a), a diversificação deve ser uma meta e não uma estratégia de desenvolvimento, e é perfeitamente comum e esperado, que economias mais desenvolvidas sejam diversificadas, ou sob uma concepção superior: multiespecializadas.

Considerações finais

Nesse trabalho, construiu-se um debate pautado no modelo conceitual de Douglass North, sobre o papel da agricultura no desenvolvimento local. Verificou-se que o modelo de North parte de regiões rurais, que só se inserirão num processo de desenvolvimento econômico através da especialização produtiva e do comércio inter-regional.

O encadeamento do modelo ocorre em regiões que não apresentam uma demasiada concentração fundiária e que se especializam em produtos dotados de efeitos multiplicadores de renda elevados, sobretudo, intensivos em trabalho e que exigem o beneficiamento da produção local. Assim, essas regiões tendem no futuro a diversificar a produção (ou multiespecializar na concepção de Paiva) e a se urbanizarem.

Ademais, se esse processo de especialização for bem-sucedido, como afirma North, essa região tende a criar uma autonomia com relação a suas raízes rurais, desenvolvendo especializações em atividades urbanas.

Conclui-se que o modelo conceitual de North não pode ser negligenciado em demasia por aqueles que o acusam de ser essencialmente exogenista. E mais: deve ser testado em modelos empíricos e mesmo na promoção de políticas públicas para o desenvolvimento regional. O fato é que o modelo de North projeta sua própria superação, e, além disso, é um modelo que foi, segundo Paiva (2006), parte importante para considerações de modelos conceituais heterodoxos como o de Celso Furtado e Michael Kalecki.

Não obstante isso, as hipóteses de North revelam-se tão interessantes que se apresentam como alternativas para a identificação do potencial endógeno de determinados territórios ainda rurais, além de poderem ser encaradas como uma boa estratégia para a superação de heterogeneidades regionais.

Notas

¹ A influência de Schumpeter fora reconhecida através de sua obra *Business Cycles*, de 1939, todavia suas ideias já estavam expostas num livro sobre a teoria do desenvolvimento econômico, publica em 1912 (FURTADO, 2000, p. 39).

² Como exemplo, citam-se: Irma Adelman, *Theories of Economic Growth and Development*, da Stanford University Press; J. Hicks, *Capital and Growth*, Oxford, 1965; J. Mellor, *The Economics of Agricultural Development*, Ithaca, New York, 1966; W. A. Lewis, *Economic Development with Unlimited Supplies Labour*, The Manchester School, 1954; entre outros (ALBUQUERQUE; NICOL, 1987).

³ Raul Prebisch (1948); Ignácio Rangel (1955; 1957; 1963; 1979); Furtado (1959; 1967; 1969); são alguns exemplos de autores da referida escola.

⁴ A teoria do crescimento pelo produto principal fora popularizada pelo historiador econômico canadense Harold Innis, em "Essays in Canadian Economic History" 1963 (ALBUQUERQUE; NICOL, 1987).

⁵ A discussão da presente seção fora construída com base no debate teórico presente nos trabalhos de Paiva (2006a): *Desenvolvimento Regional, especialização e suas medias*; e Breitbach (2005): *Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional durável*.

⁶ Todavia Paiva (2006) salienta que essa polêmica fora iniciada pelo economista clássico List (1983).

⁷ Markowitz (1982) afirma que apostar num único produto para uma carteira de portfólio é muito arriscado, demonstrou assim, que o rendimento seria superior, e mais seguro, se essa carteira fosse diversificada.

⁸ Malgrado exceções de cunho analítico, essencialmente na consideração da variável emprego que leva, nesse caso, a conclusões falsas, na medida em que se consideram duas regiões onde o capital e o trabalho são distribuídos assimetricamente, uma vez que, uma é intensiva em capital e outra em trabalho - Para um exemplo ver Paiva (2006a) para cálculos utilizando o quociente locacional -, o trabalho é de grande valia para os cientistas sociais que investigam as disparidades regionais no Rio Grande do Sul.

Referências

ALBUQUERQUE, M. C. C. de; NICOL, R.. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw Hill, 1987.

BREITBACH, A. C. M. Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional sustentável. **Perspectiva Econômica**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2005.

CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAEBIN, C. ; WAQUIL, P. D. . Caracterização do espaço rural dos municípios do Rio Grande do Sul: um estudo sob o enfoque do desenvolvimento humano. In: Anpec Sul, 12 2009, Maringá. **Anais...** p. 1-17.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Brasília: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2006.

KALECKI, M. As equações marxistas de reprodução e a economia moderna. In: _____ **Crescimento e ciclos das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.

LEWIS, W. A. **Economic development whit unlimited supplies of labor**. Manchester school of economic and social studies, may 1954, p. 139-191.

LIST, G. P. **Sistema nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARKOWITZ. Portfolio selection. **Journal of Finance**, v. 7, n. 1, 1952.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLOR, J.W. **The economics of agricultural development**. Ithaca: Cornell University Press, 1966.

NORTH, D. C. Agriculture in Regional Economic Growth. **Journal of Farm Economics**, v. 41, n. 5, dec. 1959. Versão em português em SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

_____. Location Theory and Regional Economic Growth. **Journal of Political Economy**, LXIII, jun. 1955. Versão em português em SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PAIVA, C. A. **Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2006a.

_____. **Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria geral do desenvolvimento mercantil-capitalista de regiões periféricas**. Porto Alegre, 2006b. (Textos para Discussão FEE). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Demanda efetiva, exportações e desenvolvimento regional (ou Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria geral do desenvolvimento de regiões periféricas em transição para o capitalismo). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2004.

PAIVA, C. A. N. (Org.). **Evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

POSSAS, S. Valor, capital e riqueza nos primórdios da economia política. In: CARNEIRO, R. (Org). **Os clássicos da Economia**. São Paulo: Ática, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, 1949.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCULTZ, T. **The economic organization of agriculture**. New York: MacGraw-Hill, 1953.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2005.